

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.529 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2002

José Cruz



Conforme João Alberto, o substitutivo pretende "impedir privilégios na execução orçamentária"

Congresso muda LDO para limitar cortes no Orçamento

Substitutivo aprovado pela Comissão de Orçamento será votado nesta terça-feira em sessão conjunta do Senado e Câmara. Novo texto estabelece que o Executivo terá de dar explicações ao Legislativo se pretender cortar ou contingenciar recursos previstos na lei orçamentária e, ainda, liberar de forma igualitária, sem privilégios, as verbas de emendas parlamentares.

PÁGINA 3

Rosevelt Pinheiro



Marina Silva

Marina: juizados especiais podem ser aprimorados

PÁGINA 5

José Cruz



Sebastião Rocha

Rocha quer facilitar acesso a medicamentos

PÁGINA 2

José Cruz



Ademir Andrade

Para Ademir, critérios do BNDES devem ser revistos

PÁGINA 6



Queixas contra abusos na instalação de redutores eletrônicos de velocidade motivaram projeto de Lindberg Cury

Lindberg sugere regulamentação do uso de "pardais" em cidades e estradas

Projeto obriga autoridade de trânsito a utilizar também sinalização vertical educativa, informando a existência da fiscalização eletrônica e associando essa placa à de limite de velocidade.

PÁGINA 2

Projeto de Souto garante mais recursos para educação

PÁGINA 4

Educação fundamental em números

218.383 estabelecimentos de ensino
35.298.089 alunos matriculados na educação básica
2.341.951 docentes exercendo atividades em salas de aula
2.648.638 alunos terminaram o ensino fundamental em 2000
27.607.362 aprovações e 3.824.495 reprovações

O valor mínimo investido por aluno/ano em 2001 foi R\$ 363 para alunos de 1ª a 4ª e de R\$ 381,14 para alunos de 5ª a 8ª (e ensino especial)

Fonte: Inep-Censo Escolar 2001



Senado ajuda a melhorar a democracia, diz Valadares

Destacando papel desempenhado desde o Império, senador afirma que “a história da instituição e o bicameralismo se confundem com a própria história da nacionalidade”

Mozarildo denuncia cobrança de registro de nascimento

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) censurou os cartórios que ainda resistem em cumprir a lei que os obriga a fazer registros de nascimento e fornecer a correspondente certidão gratuitamente. Dados oficiais mostram que, por dificuldades para obter o documento, pelo menos 1 milhão de crianças pobres ficam impedidas de receber o benefício da bolsa-escola no país, ressaltou ele.

Como exemplo, Mozarildo citou o caso da cidade de Atalaia do Norte (AM), município com menos de 10 mil habitantes localizado no Alto Solimões, onde, das 528 bolsas disponíveis, apenas 380 foram entregues pelo governo federal:

— Os outros não conseguiram completar a documentação mínima exigida, pois as mães e seus filhos nunca tiveram a existência registrada em cartório, não possuindo, conseqüentemente, nem nome nem nacionalidade — disse o senador, relatando que os cartórios da cidade cobram, ilegalmente, o registro e a certidão.

Mozarildo elogiou a campanha de estímulo ao registro feita pelo Ministério da Educação, o que, a seu ver, deverá aumentar o número de beneficiários da bolsa-escola.

— O Ministério da Educação, mesmo nas cidades mais distantes, vem trabalhando sem descanso para que os benefícios sociais do Bolsa-Escola alcancem em breve a universalidade das crianças brasileiras que dependem do programa para permanecer na escola.

Impossibilitado de comparecer à sessão de homenagem aos 111 anos do Senado na República, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ocupou a tribuna para enfatizar o papel desempenhado pela instituição na manutenção e no aperfeiçoamento da democracia e da federação. Ele lembrou que a história do Senado e o bicameralismo se confundem com a própria história da nacionalidade.

— Ainda no Império, esta Casa foi palco privilegiado dos grandes temas de interesse nacional. Entre os senadores eram convocados, com frequência, os ministros que iriam compor os sucessivos gabinetes, e o Senado teve papel decisivo na descentralização do poder.

Valadares assinalou que o Senado sofreu profundas transformações e destacou episódios históricos desde o início da República, como a crise de 1929, a deposição de Washington Luís e a Revolução de 30, o Estado Novo, a



Antonio Carlos Valadares observa que Senado se adapta aos novos tempos

Projeto de Lindberg regulamenta “pardais”

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Lindberg Cury (PFL-DF) que regulamenta o uso dos aparelhos destinados a medir a velocidade dos veículos nas estradas e vias urbanas em todo o país, os chamados “pardais”. A proposta, segundo o senador, objetiva disciplinar a utilização desses aparelhos, para evitar abusos e conseqüentes queixas da população.

Para instalar o medidor de velocidade, determina o projeto, a autoridade de trânsito será obrigada a utilizar também a sinalização vertical de indicação educativa, informando a existência da fiscalização eletrônica e associando essa placa à de regulamentação de velocidade. Terá também de submeter, previamente, o apare-



Lindberg Cury quer disciplinar uso dos “pardais” para evitar abusos contra a população

lho à inspeção do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Ao justificar sua iniciativa, Lindberg Cury disse que, após quatro anos da aprovação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vários de seus tópicos permane-

participação na 2ª Guerra Mundial e o suicídio de Getúlio Vargas. Ele ainda citou a industrialização do governo Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília, a renúncia de Jânio Quadros, o golpe de 1964 e a instauração do regime militar, a campanha das Diretas-Já, a anistia, a redemocratização, o impeachment de Fernando Collor e a globalização da economia.

Reconhecendo que nem sempre o Senado correspondeu aos anseios da sociedade, Valadares afirmou que, hoje, enquanto busca aperfeiçoar o conjunto de leis, a Casa prepara-se para os novos tempos, para a realidade da globalização, da comunicação imediata, da transparência, da maior conscientização popular e do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

cem sem a legislação e regulamentação complementar necessária, pois tanto o governo federal como estados e municípios ainda não baixaram as resoluções necessárias à execução do código. O senador, no entanto, entende que o resultado final da aplicação do CTB foi positivo, já que os índices de mortes por acidentes de trânsito no país obtiveram redução de 8%.

Para Lindberg, o CTB deu atenção especial ao fluxo e à velocidade dos veículos, especialmente no que se refere aos limites estabelecidos. “Entretanto, a fixação de tais limites de velocidade parece depender de critérios subjetivos dos departamentos de trânsito locais, pois costumam não ter uniformidade e, com frequência, não correspondem às reais necessidades da população.”

Iris exalta o trabalho dos evangélicos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) homenageou as igrejas evangélicas pelos 150 anos de atuação oficial no Brasil. O parlamentar parabenizou também a Igreja Cristã Evangélica do Brasil, da qual é integrante, pela passagem de seus 100 anos de fundação. Iris mencionou os dados do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram o crescimento do número de evangélicos no país.



Iris Rezende

Para o senador, as igrejas evangélicas têm contribuído para a consolidação da democracia e o desenvolvimento educacional, além de promover justiça social, solidariedade e cidadania do povo brasileiro. Iris afirmou que “a grande maioria das igrejas evangélicas se identifica por uma missão comum e pelo sonho de construir uma nação cristã, desenvolvida e justa”.

Sebastião Rocha quer plano de assistência farmacêutica

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que estabelece a criação de planos segmentados de assistência farmacêutica. O projeto visa complementar os serviços oferecidos pelos planos de saúde aos seus contratantes.



Sebastião Rocha

A seu ver, “de nada adianta oferecer ao brasileiro assistência médica e ambulatorial, por meio de planos privados, se não há condições de oferecer um suporte pós-atendimento”. Ele declarou que o projeto, apesar de simples, será responsável por uma reformulação na assistência à saúde no âmbito privado.

Sebastião Rocha anunciou ainda a apresentação de emenda ao projeto que proíbe a clonagem de seres humanos. A emenda visa permitir a clonagem para fins terapêuticos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

LDO deve ser votada com muitas mudanças

Substitutivo aprovado pela Comissão de Orçamento limita liberdade do presidente da República para cortar verbas e aumenta reserva de contingência para permitir aumento do salário mínimo em 2003

Deputados e senadores reúnem-se nesta terça-feira, às 15h, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vai orientar o Executivo na elaboração do Orçamento da União de 2003. O projeto orçamentário terá de ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto. A LDO recebeu dezenas de modificações na Comissão Mista de Orçamento, algumas delas destinadas a impor limites à liberdade do próximo presidente da República para cortar verbas orçamentárias.

O substitutivo do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) aprovado pela comissão prevê que os cortes ou contingenciamentos terão de ser explicados aos parla-

mentares por autoridade do Executivo, em audiência pública. O texto estabelece que, se emendas apresentadas por um parlamentar forem bloqueadas, mas outras de seus colegas liberadas, o presidente da República também terá de apresentar explicações.

Outra mudança feita aumenta de R\$ 4 bilhões para R\$ 6 bilhões a reserva de contingência. Acordo entre as lideranças partidárias prevê que R\$ 5 bilhões dessa reserva serão usados para aumento real ao salário mínimo em abril de 2003 e para bancar emendas dos parlamentares ao orçamento. O Executivo não concordou, mas os líderes dos partidos decidiram fazer a mudança assim mesmo.



Congresso reúne-se às 15h desta terça-feira para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003

Roosevelt Pinheiro

As principais alterações feitas pela comissão mista

Qualquer corte ou contingenciamento do orçamento terá de ser explicado detalhadamente ao Congresso. O Executivo só poderá pedir créditos adicionais ao Congresso em maio e outubro. Acaba a possibilidade de enviar pedidos todo mês aos parlamentares.

A liberação de verbas previstas em emendas dos parlamentares terá de ser igualitária, sem privilégios. O Congresso terá de receber explicações sobre bloqueio de verbas de emendas parlamentares.

A reserva de contingência sobe de R\$ 4 bilhões para R\$ 6 bilhões, para permitir aumento real do salário mínimo em 2003.

O BNDES terá de aplicar 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em pequenas e médias empresas.

O governo seguirá interpretação do TCU e destinará R\$ 1,5 bilhão a mais à Saúde.

Qualquer cidadão poderá ter acesso, pela Internet, a informações sobre a liberação de verbas, no Siafi (Sistema Integrado de Informações da Administração Federal).

Será acelerada no Congresso a liberação de verbas para obras com irregularidades cujo problema tenha sido resolvido.

O governo não poderá alterar a lista de seus projetos prioritários, exceto se pedir ao Congresso.

Os custos de obras públicas seguirão o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal, e não mais o Custo Unitário Básico da indústria da construção.

Bancos oficiais remeterão ao Congresso relatórios semestrais sobre empréstimos concedidos com créditos subsidiados.

Previsões contidas na LDO para 2003

| | |
|--|----------|
| Inflação do ano (IGP-DI) | 4% |
| Crescimento da economia | 4% |
| Taxa de juros dos títulos públicos ao final do ano | 12,84% |
| Cotação do dólar americano em dezembro | R\$ 2,42 |
| Superávit primário do setor público, em relação ao PIB | 3,75% |

Governo terá limites na execução do orçamento

Os parlamentares alteraram o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias também para definir que o presidente da República só poderá pedir créditos adicionais ao Congresso duas vezes por ano – em maio e outubro. Isso acaba com a possibilidade de envio sistemático desses pedidos aos parlamentares, que hoje impede um maior controle e fiscalização no uso de excesso de receita por parte do Executivo. Para o relator da LDO, senador João Alberto Souza, o Congresso aproveita o momento, “em que ninguém sabe quem será o futuro presidente da República”, para colocar “alguns limites” no poder do presidente de alterar o projeto orçamentário. “Não estamos obrigando o presidente a cumprir o orçamento aprovado pelo Congresso, mas dando alguns passos para impedir privilégios na execução orçamentária”, observou ele.

O substitutivo da LDO em votação pelo Congresso restabelece a possibilidade que têm os parlamentares de reestimar a receita projetada pelo Executivo dentro do orçamento. O governo queria impedir que os deputados e senadores pudessem discordar da previsão da equipe econômica. Nos últimos dois anos, conforme o senador Amir Lando (PMDB-RO), relator-geral do orçamento de 2001, o Congresso reestimou as receitas federais, o que levou o Executivo

a contingenciar verbas orçamentárias. No final, o Congresso estava correto em suas previsões e o presidente pediu aos parlamentares para usar o “excesso de arrecadação” registrado.

O Congresso não está mexendo na previsão do governo de que a economia crescerá 4% em 2003, apesar de boa parte dos parlamentares acreditar que o percentual é otimista. Também não são feitas alterações na previsão do Executivo de que a taxa de juros dos títulos públicos cairá para 12,84% ao ano ao final de 2003 – ela atualmente é de 18,50%. Também é mantida a previsão de 4% para a inflação do próximo ano, medida pelo IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O dólar deverá ser cotado a R\$ 2,42 na média, conforme indicação colocada no projeto da LDO pelo Executivo – valor também considerado otimista pelos parlamentares da Comissão de

Orçamento.

Um dos poucos números da LDO alterados pelo Parlamento é a previsão de que o superávit primário (sobra de caixa, antes do pagamento de juros) do setor público no ano que vem será de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão inicial do governo era de 3,5%. A mudança foi feita a pedido da equipe econômica, que elevou o percentual para mostrar aos investidores que a União tem condições de pagar sua dívida e, com isso, tentar reduzir a instabilidade do mercado financeiro nos últimos dias. Com a mudança do percentual, o setor público (União, estados e municípios) terá um saldo positivo em suas contas (antes de pagar os juros) de R\$ 53,3 bilhões. O dinheiro do superávit normalmente é usado no pagamento dos juros.



Célio Azevedo

João Alberto: Congresso busca impedir privilégios na execução orçamentária

Ensino deve atender às exigências do mercado de trabalho, diz Mozarildo

Para o senador, é urgente a necessidade de mudanças no sistema educacional brasileiro, “que historicamente tem valorizado a formação acadêmica, em detrimento da formação profissional”

Preocupado com a gravidade da situação de desemprego no país, que atinge principalmente os mais jovens e é crescente entre os mais qualificados, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu maior adequação entre o perfil do ensino e a demanda do mercado de trabalho. Conforme dados do Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados pelo senador, em uma década triplicou o desemprego de chefes de família jovens.



Mozarildo chamou atenção para o alto índice de desemprego no país

O senador lembrou que o pro-

blema depende da retomada do desenvolvimento econômico do país, para permitir a criação de novos postos de trabalho, acres-

centando que “os desafios relacionados com os avanços tecnológicos e com a globalização e competitividade do mercado impõem novas exigências profissionais”.

O Ministério da Educação está plenamente consciente desses desafios, de acordo com Mozarildo, referindo-se a avaliação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, segundo a qual o profissional deve responder a duas exigências, “ter uma sólida formação geral e uma boa educação profissional”.

Para o senador, o país, histori-

camente, tem valorizado a formação acadêmica em detrimento da formação profissional e é urgente mudar essa atitude, “sem prejuízo da formação geral e de cidadania”. Para tanto, Mozarildo considera que a iniciativa privada deve manter sua política de treinamento, qualificando e requalificando a mão-de-obra. Além disso, programas de governo ou de parceria com a iniciativa privada – como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Comunidade Solidária e Serviço Social Voluntário – devem ser mantidos e incentivados, recomendou.

Paulo Souto quer corrigir falha no Fundef

No segundo semestre, as Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) devem votar projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que obriga o governo federal a



Josef Cruz

complementar a diferença entre o valor nacional mínimo por aluno de 1º grau e o custo real por aluno que não for atingido pelas fontes originais de recurso do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Conforme a proposta, o dinheiro deverá ser depositado diretamente nas contas únicas e específicas dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, vinculadas ao fundo. O projeto será examinado em caráter terminativo e seguirá direto para análise da Câmara, a não ser que haja recurso para deliberação do Plenário do Senado.

O Fundef foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que garante ao ensino fundamental a maior parcela do dinheiro destinado constitucionalmente à educação. É formado por 15% dos seguintes tributos: Fundo de Participação dos Municípios, Fundo de Participação dos Estados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto sobre Produtos Industrializados, além da complementação da União para os estados em que a receita não seja suficiente para garantir o valor mínimo por aluno.

Alcântara aponta obstáculo ao combate à fome no país

Ao analisar os resultados da recente cúpula mundial sobre a fome, realizada na Itália, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apontou diversos fatores responsáveis pela ampliação do número de famintos no Brasil e no exterior. Enquanto as “escolhas políticas” das grandes potências mundiais concorrerem para disseminar a fome principalmente entre os países da Ásia e da África, a “alta concentração de renda” seria o maior vilão da carência alimentar de milhões de brasileiros.

As críticas de Alcântara sobre a postura internacional frente ao problema dirigiram-se especialmente aos Estados Unidos. Ao contrário da União Européia e dos países em desenvolvimento, afirmou, os Estados Unidos se recusaram a endossar um código de

conduta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que dá aos pobres o direito de exigir responsabilidades dos governos pela oferta de alimentação adequada para todos.

Quanto à situação nacional, Alcântara observou que a própria delegação brasileira reconheceu, na cúpula mundial, que a concentração de renda é o maior obstáculo para o combate à fome. “Segundo nossas autoridades, mesmo com a melhoria de muitos indicadores sociais, a concentração de renda no país ainda é muito acentuada e os níveis médios de remuneração dos 10% mais pobres da população continuam muito baixos, equivalentes a 17 dólares, o que compromete o nível de consumo alimentar”, comentou o senador.

Senador pede prioridade no combate ao desemprego

Ao protestar contra os altos índices de desemprego que colocaram o Brasil no segundo lugar no *ranking* mundial de pessoas sem trabalho em 2000, perdendo apenas para a Índia, conforme dados divulgados por instituições oficiais, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo aos candidatos à Presidência da República para que façam do combate ao desemprego uma verdadeira prioridade. Ele lembrou que em 1990 o Brasil ocupava o sexto lugar nesse contexto.

Para Mozarildo, isso significa que a globalização trouxe efeitos colaterais negativos para o Brasil. Entre esses efeitos, ele apontou o agravamento da situação social e a piora da qualidade de

vida da população.

Mozarildo entende que a situação dos países pobres piorou com o processo de globalização. Enquanto os países ricos colheram melhores resultados econômicos e sociais, registrando queda na participação do desemprego mundial, as nações não-desenvolvidas perderam participação no Produto Interno Bruto e ganharam no desemprego, salientou.

O Brasil perdeu participação na soma do Produto Interno Bruto (PIB) e disparou no *ranking* do desemprego mundial, superando o total de desemprego dos Estados Unidos, da Rússia, da Alemanha e até da Indonésia, disse o senador, citando estudo do economista Marcio Pochmann.

Ronaldo elogia a atuação da Funasa

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) destacou “o excelente trabalho” realizado pelo Ministério da Saúde, em particular a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), nos últimos quatro anos. Com base em documento de balanço realizado pela própria Funasa, abrangendo o período de 1998 a 2001, ele mencionou os principais avanços do setor, entre os quais, assinalou, os recursos federais destinados à saúde indígena, que cresceram nada menos que 660%.

— A leitura do balanço recentemente divulgado deixa profunda

impressão pela magnitude das vitórias alcançadas, seja no campo da epidemiologia e controle de doenças, seja no aspecto dos programas de imunização, seja ainda no que se refere à vigilância ambiental, à engenharia de saúde pública ou à saúde indígena — afirmou ele.

De acordo com o documento, disse Ronaldo, o país possui hoje o mais completo programa de imunizações do mundo. No que concerne à variedade, o Brasil passou a ter em seu calendário básico, nos últimos três anos, todas as va-

cinas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde. No total, declarou ele, são 40 tipos de imunobiológicos disponibilizados, em todo o Brasil, nos postos de saúde, centros de referências de imunobiológicos especiais e unidades hospitalares.

Ronaldo disse que o Brasil disponibiliza anualmente mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos, compreendendo vacinas e soros, que são fornecidos a toda a população brasileira que deles necessita, de forma gratuita.

O Mapa do Fim da Fome

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou um estudo intitulado O Mapa do Fim da Fome. A pesquisa revela que existem no país 50 milhões de indigentes (29,3% da população), recebendo uma renda mensal inferior a R\$ 80 per capita valor mínimo necessário para que um indivíduo consiga se alimentar, conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo da FGV aponta que para erradicar este quadro de miséria, seria necessário a aplicação de R\$ 1,69 bilhão por mês. Abaixo, os estados com maior número de miseráveis em relação à população:

| | |
|----------|--------|
| Maranhão | 63,72% |
| Piauí | 61,75% |
| Ceará | 55,73% |
| Alagoas | 55,43% |
| Bahia | 54,8% |

Fonte: FGV | O Mapa do Fim da Fome

João Alberto prega diálogo entre israelenses e palestinos

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu o diálogo como instrumento para a construção da paz entre judeus e palestinos.

— A avaliação global da realidade do Oriente Médio solidifica a convicção de que nem a força bruta, nem a morte serão caminho para a reversão dos acontecimentos e para o abandono da opção pela tragédia. O caminho é o diálogo, a cooperação, a disponibilidade para o reconhecimento do espaço de cada povo — afirmou.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o senador disse que se difundiu a idéia maniqueísta de um universo polarizado entre o Bem e o

Mal, a seu ver uma visão retrógrada que serve de base para ações prepotentes em defesa de políticas, éticas, justiça e morais apoiadas por interesses hegemônicos.

— A genuína paz não é fruto da ação de exércitos que aplicam tecnologia, nem de homens-bomba que se despedaçam. A genuína paz não se alicerça sobre escombros, muito menos sobre cadáveres. Funda-se, sem dúvida alguma, em verdades compartilhadas, em compromissos resultantes do diálogo, na compreensão da justiça real, que reconhece e respeita as verdades de cada povo. Retaliações nada mais produzem do que a fragilização das possibilidades de retomada do diálogo — concluiu.

Infraero é exemplo de estatal lucrativa e eficiente, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) congratulou a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) pelos 29 anos de fundação. A empresa é responsável pela administração de 65 aeroportos e 83 estações de apoio à navegação aérea, em 26



Jucá: bons resultados são fruto do trabalho de dirigentes e funcionários

estados, além do Distrito Federal, e, de acordo com o senador, é exemplo de empresa estatal “lucrativa e bem-sucedida”.

A empresa, afirmou, contraria o mito de que tudo que provém do Estado é problemático. Ele creditou os bons resultados ao desempenho dos dirigentes, pessoal administrativo e de operações, sob o comando de seu presidente, Fernando Perrone, “que está adotando uma gestão moderna e transformou a Infraero

em empresa pública que dá certo”.

Jucá ressaltou a saúde financeira da Infraero, citando o último balanço, que registrou faturamento de R\$ 1,47 bilhão, com crescimento de 16% em relação ao ano anterior. O lucro, segundo Jucá, aumentou 35% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 342 milhões. Nos últimos quatro anos, disse, a receita da empresa cresceu 65,5%, enquanto o número de passageiros aumentou 34,5 %, no mesmo período, “o que demonstra um incremento considerável de eficiência”.

A Infraero, lembrou Jucá, é reconhecida pelos veículos de imprensa especializada em economia como “a melhor empresa de serviços públicos de 2000”.

Emilia registra encontro sobre federalismo fiscal no Mercosul

Os desafios enfrentados pela busca da autonomia federativa no contexto de integração de mercados regionais foram discutidos no IV Seminário Internacional de Federalismo Fiscal no Mercosul, realizado nos dias 26 e 27 no Rio Grande do Sul. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) aprofundou em Plenário a análise acerca dos caminhos trilhados por estados para impor suas prioridades diante de um mercado cada dia mais globalizado.

Emilia citou as medidas adotadas pelo governador gaúcho Olívio Dutra (PT), discutidas no seminário, para mostrar que é possível conviver de forma soberana com blocos econômicos sem descuidar das necessidades sociais e ecológicas locais.

Emilia também demonstrou confiança no compromisso do PT com o fortalecimento do equilíbrio fiscal, mas compromissado com a produção, emprego e justiça social.

Marina quer aprimorar lei que criou juizados especiais

Senadora propõe ajustes na legislação de 1995, como o fim da possibilidade de conversão da pena de multa em prisão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar em breve, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) apresentado na última semana de junho que busca o aprimoramento da lei que criou os juizados especiais cíveis e criminais. A senadora elogia a lei de 1995, que na sua opinião simplificou procedimentos e acelerou a prestação de serviços pela Justiça, mas acredita que há pontos que precisam ser revistos para adequar o texto a outros dispositivos legais.

— O conjunto de modificações sugeridas corrigirá todos os pontos críticos da norma, ampliará sua eficácia e o poder de pacificação do Judiciário — analisa a senadora.

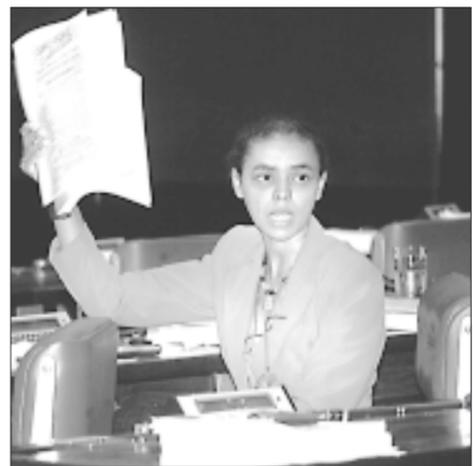
A proposta de Marina corrige, por exemplo, uma falha da lei, que não previu de maneira adequada a hipótese de a pessoa condenada não cumprir, total ou parcialmente, a pena. Para adequar o projeto à legislação e à sistemática encontrada no projeto de reforma do Có-

digo de Processo Penal, a senadora busca ajustar a lei no que diz respeito à suspensão do prazo de prescrição dos crimes.

O projeto tenta resolver ainda o problema do acréscimo de penas resultantes de um crime continuado e da participação formal de pessoas. Para Marina, esses fatores não devem representar o agravamento da conduta da pessoa investigada por um crime, pois, na sua opinião, trazem benefícios para o acusado.

AJUSTES

Outros ajustes formais são sugeridos por Marina, como o fim da possibilidade de permissão de conversão da pena de multa em prisão, o que, na sua avaliação, não encontra respaldo na Constituição. Ela também propõe a substituição do termo “autor do fato” pelo termo “investigado”, em cinco artigos



Modificações sugeridas corrigem falhas e ampliam eficácia do Judiciário, diz Marina

da lei, argumentando que nem sempre a autoria do fato está presente nos autos de um processo.

— Dizer “autor do fato” equivale a ter certeza dessa autoria em todas as hipóteses levadas ao Poder Judiciário. No juízo cível é adequada a expressão, mas, no criminal, não — adverte a senadora, que amparou seu projeto de lei em estudos de magistrados, advogados e membros do Ministério Público.

Mozarildo cobra ações concretas contra falsificação de mercadorias

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do governo federal ações concretas no combate à falsificação de mercadorias que vem tomando conta do país, principalmente de roupas, calçados, brinquedos, remédios, programas de computador e CDs. Ele observou que, com o aumento da pirataria, os cofres públicos deixam de arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões por ano em impostos.

As crescentes falsificações vêm arranhando a imagem do Brasil no exterior, de acordo com o senador, estranhando que as autoridades façam vistas grossas para o problema. Ele observou que falsificar mercadorias é crime e criticou que os governos federal e estaduais não venham demonstrando firmeza no combate à pirataria, punindo com rigor os infratores.

Com base em matéria publicada no jornal *O Globo*, Mozarildo Cavalcanti chegou a apontar os três principais focos de incidência de

| O rombo da pirataria | |
|---|-----------------|
| O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores mundiais de produtos falsificados. Veja abaixo o prejuízo dos setores mais atingidos pela pirataria em 2001 | |
| Cigarros | R\$ 2 bilhões |
| CDs de música | R\$ 705 milhões |
| Roupas | R\$ 300 milhões |
| Audiovisuais | R\$ 305 milhões |
| Programas de computador | R\$ 915 milhões |
| Brinquedos | R\$ 110 milhões |
| Produtos licenciados | R\$ 27 milhões |

Fonte: AFDIE, Abes, ABCF, Abrainvest

pirataria. São eles: Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, Jaraguá de Goiás (GO) e Pólo de Sulanca, no interior de Pernambuco, formado pelas cidades de Santa Cruz do Capiberibe, Caruaru e Toritama.

— Por que a Polícia Federal e a Receita não fazem operações nesses lugares, apreendem mercadorias,

levam os comerciantes presos para prestar depoimento e, a partir das informações colhidas, chegam à rede de distribuição? — indagou o senador. Segundo disse, é um absurdo que nesses locais as mercadorias falsificadas sejam vendidas à luz do dia, em vias públicas, sem qualquer constrangimento.

Ademir propõe critérios para recursos do BNDES

Projeto visa a uma melhor aplicação dos recursos administrados pelo banco. Senador aponta distorções na distribuição: Sul e Sudeste recebem a maior parte dos investimentos, em detrimento das demais regiões

Com o objetivo de estabelecer critérios justos de distribuição e aplicação dos recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto determinando que, do total dos recursos, fundos e programas administrados pela instituição, serão reservados 1% para o Norte, 1% para o Centro-Oeste e 2% para o Nordeste, cifras que serão disponibilizadas para os respectivos estados segundo o critério populacional.

O projeto estabelece que os critérios de distribuição deverão ser observados pelas empresas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas pelo BNDES, quando estiverem operando com recursos provenientes de fundos ou programas administrados pela instituição.

Em defesa do projeto, Ademir Andrade disse que a proposta será capaz de tornar o BNDES um poderoso instrumento de redução



Para Ademir Andrade, projeto poderá amenizar distorções

das desigualdades regionais. Ele apontou fortes distorções na distribuição regional dos recursos administrados pelo banco. Segundo

do o senador, de 1995 a 2001 as regiões Sul e Sudeste abocanharam mais de 77% dos recursos do banco, enquanto as demais regiões tiveram menos de 23%.

Ademir destacou que, apesar da pujança econômica do Sul e do Sudeste, o montante aplicado nessas regiões é excessivo e não guarda qualquer correlação com o número de seus habitantes. Em sua opinião, "saltam aos olhos graves distorções na distribuição regional dos recursos do BNDES", que poderão ser amenizadas se seu projeto for aprovado.

A aplicação de recursos do BNDES não guarda proporcionalidade com o número de habitantes de cada região, conforme mostra a seguinte tabela:

| DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO - 2000 | | |
|---|---------------------|----------------------------------|
| Regiões | População IBGE-2000 | Aplicações BNDES média 1995-2000 |
| NORTE | 7,61 | 2,92 |
| NORDESTE | 28,12 | 12,23 |
| SUDESTE | 42,63 | 56,56 |
| SUL | 14,79 | 20,67 |
| CENTRO-OESTE | 6,85 | 7,60 |

Fonte: IBGE

Moreira quer mudar MP do Código Florestal

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou-se contrário à Medida Provisória nº 2.166, de 2001, que altera o Código Florestal, por considerar que a mesma, se convertida em lei, resultará em "danos irreparáveis" à

economia de Rondônia. O senador defende a aprovação de reserva de 80% em toda a Amazônia,



Rondônia tem programa detalhado de preservação, diz Moreira Mendes

desde que ressaltados os direitos já adquiridos e que prevaleçam os termos do zoneamento socioeconômico e ecológico nos estados que adotaram este procedimento.

Um abaixo-assinado, encabeçado pelo senador, defendendo a proposta da manutenção dos direitos adquiridos, recolheu 52 mil assinaturas em Rondônia. O documento com o mani-

festos da população do estado foi entregue ao presidente do Senado, Ramez Tebet.

Moreira Mendes ressaltou que, com o apoio do governo federal e do Banco Mundial, Rondônia concluiu seu zoneamento socioeconômico e ecológico, com investimentos de US\$ 19 milhões, o qual foi discutido com a sociedade rondoniense e aprovado por lei estadual.

— Assim, somos o primeiro estado brasileiro a ter um programa de preservação detalhado — afirmou.

Eduardo pede adesão ao Protocolo de Kyoto

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu imediata adoção, por todos os países do mundo, do Protocolo de Kyoto, documento firmado ao final de encontro internacional destinado a analisar mudanças climáticas no planeta. Ele alertou para o perigo do aquecimento global e criticou a lentidão da comunidade internacional na busca de soluções para os problemas climáticos.

— Já há alguns anos, cientistas têm alertado para o perigo cres-

cente do desrespeito às regras básicas da preservação do meio ambiente. Enquanto isso, dirigentes políticos ainda hesitam em tomar decisões mais austeras contra os efeitos nocivos das mudanças climáticas — observou.

Eduardo apontou os deslocamentos de espécies para regiões menos quentes como as principais consequências, até o momento, do aquecimento global. Essa migração, informou, vem ocorrendo da linha do Equador em direção aos pólos e das baixas altitudes para altitu-



Eduardo criticou lentidão para superar problemas climáticos

des maiores.

Para o senador, a migração de espécies motivada pelo aquecimento do planeta pode levar a uma "drástica redução da biodiversidade mundial". Para que isto não se concretize, ele defendeu uma ação comum de governos do mundo inteiro em benefício da preservação do meio ambiente.

Jucá ressalta livro sobre desenvolvimento regional

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou o lançamento do livro *Projeto ZFM – Vetor de Interiorização Ampliado*, escrito pelo professor Antonio José Lopes Botelho, que sugere um novo encaminhamento para a problemática do desenvolvimento regional.

— Reconhecendo-se como extenso e difícil o caminho do crescimento econômico, do desenvolvimento humano e de justa organização social, o *Projeto ZFM* é leitura obrigatória de quantos defendem melhor futuro para a Amazônia e pregam a interiorização como indispensável à continuidade desses processos — afirmou.

O autor, disse Jucá, propõe que o esforço de governos, empresas e trabalhadores em favor do progresso da Amazônia Ocidental observe dois princípios básicos: o primeiro, fazer avançar sua economicidade, com a finalidade de criar capital e tec-

nologia próprios, no menor tempo possível e a partir de potencialidades regionais.

O segundo princípio, continuou o senador, é o de estabelecer seu crescimento econômico, cada vez mais independente de benefícios fiscais do governo federal, dada a "inevitável desterritorialização das atividades econômicas".

Jucá ressalta que, para o autor, essa mudança pode representar uma transformação de postura, sobretudo institucional, "que conduz imperativamente à contrariedade de posições políticas, empresariais e governamentais que defendem a continuidade do atual estado de coisas, porquanto a favor da reprodução de seus modos de viver social e econômico".

— O que se propõe, escreve o autor, "é que os amazônidas briguem por um ideal com todas as suas forças, como se estivessem em guerra" — destacou o senador.

Tuma aplaude proposta de reativar o Proálcool

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a iniciativa do governo de retomar o Proálcool, programa criado em 1975 para estimular a substituição de gasolina por álcool carburante e praticamente desativado na última década. A iniciativa, ressaltou, poderá ajudar o país a reduzir sua dependência de importações, gerar empregos e melhorar a qualidade do ar das grandes cidades brasileiras.

Tuma observou que divergências políticas no Oriente Médio levaram a um aumento de 40% no preço do petróleo desde o início deste ano. Os três reajustes do preço da gasolina no mesmo período foram de 23% e tiveram impacto sobre a inflação. Além disso, assinalou, o país gastou US\$ 7 bilhões com a importação de pe-



Romeu Tuma: programa garante empregos e reduz poluição

tróleo e derivados em 2001.

— O Brasil produz mais de 70% do petróleo que consome. Assim, a solução nacional para reduzir a dependência do produto importado e evitar que o país passe por novos sobressaltos seria aumentar a produção de álcool, comprovada fonte de energia limpa e renovável, geradora de empregos no campo e nas cidades — afirmou Tuma.

Ele citou recente artigo do empresário Antônio Ermírio de Moraes para demonstrar o baixo investimento necessário à geração de empregos no setor. Enquanto na indústria petroquímica são necessários até US\$ 200 mil para a criação de um posto de trabalho, comparou, no setor sucroalcooleiro são suficientes US\$ 10 mil.

Heloísa aponta erros na política de energia

Decisões do governo provocaram racionamento e reajuste das tarifas, na avaliação da senadora

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou a política energética do governo de Fernando Henrique Cardoso de “assalto a mão armada”, por provocar o racionamento de energia elétrica e o reajuste de tarifas. A senadora lamentou os erros do governo na condução da questão energética no país, considerando equivocada a decisão de impedir, a partir de 1995, que empresas estatais realizassem a necessária expansão das linhas de transmissão de energia, sob o pretexto de incentivar o setor privado. Segundo Heloísa Helena, a decisão partiu do Conselho Nacional de Desestatização, que teria desconstruído todo o sistema energético para criar um “mercado artificial”.

Heloísa citou afirmações do presidente da Eletrobrás, Altino Ventura, e do presidente da Eletro norte, José Antonio Muniz Lopes, feitas em audiência pública reali-



Para Heloísa Helena, população está sendo obrigada a pagar tarifas mais caras

zada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Na ocasião, ambos reconheceram o interesse do governo em evitar que as empresas estatais de geração de energia financiassem a transmissão, por considerar que as estatais ficariam “muito competitivas e isso afastaria o setor privado”.

A senadora salientou que a decisão trouxe prejuízo para a população, que está sendo obrigada a pagar tarifas mais caras porque o governo quis “criar” mercado

para as empresas privadas.

Heloísa mencionou o caso da construção de uma linha de transmissão de Curitiba (PR) até São Paulo (SP), que estava pronta para ser iniciada em 1995 pela empresa Furnas. O governo federal teria impedido a obra, sob o argumento de que era necessária uma licitação que incluísse o setor privado na concorrência. No entanto, somente cinco anos depois ocorreu a licitação, vencida por Furnas. Nesse período, explicou a senadora, houve desperdício equivalente ao que é gasto continuamente pelo estado do Paraná.

A senadora criticou a Medida Provisória nº 14, que criou o “seguro apagão”. Para Heloísa, as medidas prejudiciais à população foram implementadas rapidamente, enquanto as iniciativas positivas – como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia e a Conta de Desenvolvimento Energético – não se concretizam.

Escórcio propõe canal de TV a cabo para o TSE



Escórcio deseja transparência nas ações do tribunal

Projeto de lei apresentado pelo senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) propõe a concessão de um canal de TV a cabo para divulgar os trabalhos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, à semelhança de outros canais institucionais, contribuir para a desejada transparência das ações empreendidas pelo tribunal.

A proposta está tramitando na Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo, ou seja, cabe à CE a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que o Plenário delibere sobre o assunto.

Francisco Escórcio justifica o projeto argumentando que a distribuição de sinais de TV a cabo, além de aumentar as opções dos telespectadores, é um forte instrumento de renovação estética e política do veículo.

Mauro quer teto maior para os benefícios da Previdência

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou para o achatamento do teto dos benefícios pagos pela Previdência Social e defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, que fixa em dez salários mínimos o teto, mantendo o piso de um salário mínimo. Ele lembrou que regime geral da Previdência estabelece que o valor mensal do benefício não pode ser inferior ao salário mínimo, e que, na reforma de 1998, o limite máximo para o valor mensal do benefício foi fixado em R\$ 1.200.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), sugeriu fixar um teto de R\$ 2 mil, reajustável, deixando para lei posterior disciplinar esse valor de modo a aplicar-se os mesmos índices utilizados nos benefícios do regime geral, lembrou o senador.

– Como o salário mínimo tem sido elevado, nos anos recentes, acima dos índices inflacionários, houve um achatamento da diferença entre o piso e o teto dos



Mauro Miranda diz que aumento do valor dos benefícios da Previdência “é um ato de justiça”

benefícios. A permanecer o texto constitucional, em longo prazo, todos os benefícios acabariam por se nivelar ao salário mínimo.

Mauro acredita que o aumento do valor do teto dos benefícios da Previdência “é um ato de justiça” para com os trabalhadores cujos rendimentos se situam, hoje, entre R\$ 1.561 e R\$ 2 mil.

– Eles poderão aposentar-se com a mesma renda de que desfrutaram, mantendo seu padrão de vida, sem necessidade de procurar a previdência privada complementar, muito mais onerosa que a previdência social – ressaltou.

Mozarildo destaca trabalho da Escola Técnica de Roraima

Autor do projeto que resultou na autorização para o Executivo criar a Escola Técnica Federal de Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou o nono aniversário da instituição, dizendo que ela proporciona oportunidade de capacitação objetiva aos que desejam incorporar-se ao mercado de trabalho com adequada formação e condições de competitividade.

Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, a instituição oferece cursos de Eletrotécnica, Edificações, Educação Física, Agrimensura, Turismo, Hotelaria, Secretariado, Transações Imobiliárias, Laboratório, Recreação e Lazer, Eletrônica e Informática, informou. O senador cumprimentou diretores, professores, funcionários e a comunidade, direta ou indiretamente envolvida no funciona-

mento da escola.

Mozarildo disse sentir-se realizado ao ver que muitos jovens, “antes destinados ao determinismo da improdutividade ou mesmo da absorção de práticas nocivas à sociedade, hoje contribuem para a produção de bens, serviços e melhoria da condição de vida pessoal e de suas famílias, a partir da formação obtida na Escola Técnica Federal de Roraima, que saiu do sonho de um parlamentar para tornar-se realidade”.

Mozarildo lembrou ainda proposta de emenda à Constituição destinando recursos específicos para projetos de extensão e pesquisas universitárias em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal, de sua autoria. A proposta se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



O Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800 612211 – e autorizando a publicação.

Benedito Cornélio – Guaratinguetá (SP)

Os grandes responsáveis pela violência no Brasil são as polícias civis e militares. Os policiais são mal pagos, mal treinados, mal equipados e ineficientes. Onde está a PEC de modernização e unificação das polícias?

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) responde: “A Comissão de Segurança Pública, que tive a honra de presidir, apresentou projeto de emenda constitucional unificando as polícias e criando um fundo nacional de segurança pública. O governo federal e os governos estaduais devem destinar percentual significativo de sua arrecadação para constituição desse fundo, justamente para que as polícias tenham recursos suficientes para a realização de um bom trabalho: equipamentos, armas, reciclagem e, sobretudo, salários dignos. Com o salário que hoje recebem, nossos policiais civis e militares não podem se dedicar de corpo e alma à segurança da população”.

Ilson Carlos da Silva – Arapiraca (AL)

Para acabar com boa parte da violência no Brasil e no mundo, as drogas ilícitas deveriam ser liberadas. Os usuários não precisariam vender tudo para comprar o produto, que ficaria mais barato, e acabaria a guerra entre policiais e traficantes.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) responde: “A liberação causaria problemas muito sérios ao estimular o uso indiscriminado das drogas. Hoje o que mais se usa são as drogas lícitas como o álcool, que se compra em qualquer lugar ou se fabrica no fundo do quintal. Então, se nós liberarmos o consumo, amanhã será liberada a publicidade para o uso de drogas. Nós temos que mantê-la ilícita, não prender o usuário, fazer campanha contrária e facilitar o tratamento para que o viciado possa ser inserido na sociedade, e com consciência própria para abandonar o uso da droga”.

Lúcio Alcântara pede combate à desertificação

Senador salienta que nas próximas três décadas haverá duplicação da procura de alimentos, o que justifica um tratamento diferenciado, em todos os países, do problema da degradação de terras aráveis

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ao governo ações concretas destinadas a combater a degradação de terras aráveis, principalmente no semi-árido do Nordeste. Ele lembrou que a desertificação é responsável pela destruição da flora e da fauna e pela redução da disponibilidade de recursos hídricos.

Alcântara disse que o combate à desertificação deve merecer tratamento diferenciado, não somente do governo brasileiro, mas de todas as nações. Isso porque nas próximas três décadas, de acordo com recentes estudos citados por ele,



Lúcio Alcântara assinalou a passagem do Dia Mundial de Luta contra a Desertificação

haverá duplicação da procura de alimentos.

O senador fez o alerta ao registrar a passagem, em 17 de junho, do Dia Mundial de Luta contra a

Desertificação. Ele observou que a data é um chamamento para que todos os países tomem consciência do problema e preservem as terras aráveis. Alcântara ressaltou que a defesa do desenvolvimento sustentável e o combate à degradação das terras representam qualidade de vida, com reflexos positivos nas áreas econômica, social e ambiental.

O governo do Ceará, com a adoção do Plano Estadual de Controle da Desertificação, começa a enfrentar o problema, apesar dos poucos recursos de que dispõe, informou o senador. Equipes técnicas, com o apoio de organizações não-governamentais, estão desenvolvendo projetos para combater a degradação de terras aráveis em todo o estado.

Senador analisa situação das mulheres em assentamentos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância das relações de gênero nos assentamentos rurais, dando ênfase ao aumento da autonomia das mulheres na luta contra o analfabetismo e no crescimento do exercício da cidadania. Com base no livro *Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Pannels?*, das pesquisadoras Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay, que analisaram os assentamentos implantados entre 1995 e 1998 no Brasil, Alcântara apontou mudanças verificadas na estrutura social dos assentamentos.

Os dados analisados apontam as mulheres jovens como agentes de mudanças sociais, por

cuidarem do trabalho de escolarização em virtude de não terem habilidade para o trabalho agropecuário. A educação, por sinal, é um ponto muito valorizado nos assentamentos rurais, porque possibilita emprego e ascensão social. O senador citou dados da Organização das Nações Unidas comprovando, conforme pesquisas do economista Amartya Sen, a relação positiva entre desenvolvimento humano e a expansão da escolaridade, com conseqüente redução das desigualdades entre os sexos.

A mulher adulta dos assentamentos, porém, observou Alcântara, sofre com a jornada diária: realiza trabalhos voluntários na comunidade, cuida da

saúde, mantém a casa e ainda cultiva a horta para alimentação da família, mas não é reconhecida como produtora de bens e geradora de riquezas. Por isso as mulheres não têm acesso ao cadastramento como titulares de terras: apenas 12,6%, segundo o Censo da Reforma Agrária, são proprietárias, disse o senador. Quando o marido morre, o cadastro é repassado ao primogênito ou, se ocorre a separação do casal, as terras ficam para o homem.

Para o senador, o trabalho das pesquisadoras é importante porque enfrenta um dos grandes desafios da reforma agrária, que é superar também as desigualdades de gênero em relação à propriedade.



Segundo Carlos Bezerra, estados necessitam de complementação de recursos

União deve apoiar assistência técnica rural, diz Carlos Bezerra

Ao cobrar do governo federal ações de apoio à extensão rural, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) explicou que esse é um meio de viabilizar economicamente a produção dos pequenos produtores que, embora disponham de financiamentos, não sabem utilizá-los de forma correta por falta de orientação e tecnologia.

Com o afastamento do poder central dessa área de atuação, disse Carlos Bezerra, a responsabilidade recaiu sobre as instituições estaduais – as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Essas instituições, ressaltou o senador, têm atuado no planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica, econômica e social para aumento da produção e da produtividade agrícola, para a conservação dos recursos naturais renováveis e para a melhoria das condições de vida no meio rural.

Carlos Bezerra informou que os estados brasileiros – segundo dados da Federação das Associ-

ações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Fazer) – gastam cerca de R\$ 800 milhões com suas estruturas de assistência técnica e extensão rural. Ainda segundo dados da Fazer, os estados necessitariam de uma complementação de R\$ 80 milhões do governo federal para manter a ação direta de 15 mil técnicos de campo, garantindo assistência a 1,7 milhão de produtores rurais.

O senador destacou que apenas com a assistência a 250 mil assentados no programa de reforma agrária o governo federal gasta anualmente R\$ 100 milhões, observando que, com menos recursos, poderia atender um número muito maior de agricultores. Ele alertou para o fato de que a falta de assistência ao homem do campo e sua falência contribuem para o êxodo rural e o inchaço das cidades, o que leva a problemas sociais que demandam volume muito maior de recursos.

Ronaldo destaca responsabilidade fiscal de prefeito paraibano

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) registrou a menção honrosa “Campeão de Arrecadação”, outorgada pelo Conselho Federal de Contabilidade ao prefeito José Ferreira, do município paraibano de São Domingos do Cariri, pelo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no exercício de 2001.

O parlamentar disse que, dentre as mais de 1.200 prefeituras que aderiram ao Programa de In-

centivo à Gestão Fiscal Responsável, promovido pelo conselho, a de São Domingos do Cariri destacou-se entre as dez melhores. Ele parabenizou José Ferreira “por sua administração, por sua visão, pelo seu desprendimento e dedicação à causa pública e pela justa premiação que acaba de obter”.

Repetindo o que fez há um ano, Ronaldo Cunha Lima enumerou os dez mandamentos seguidos pelo prefeito de Cariri: 1) não roubar;

2) não nomear parentes para cargos de confiança; 3) comprar e pagar tudo à vista; 4) manter enxuta a folha de pessoal; 5) não criar cargos para atender caprichos políticos; 6) premiar os servidores eficientes; 7) criar alternativas econômicas para o município, para evitar que a prefeitura se transforme em cabide de empregos; 8) valorizar a mão-de-obra local na contratação de serviços; 9) não contar com recursos extras, a se-

rem repassados pelos governos federal e estadual, e 10) definir prioridades com base na razão, não no coração.

Revelando “profunda admiração e reconhecimento pelo extraordinário trabalho” do prefeito, Ronaldo Cunha Lima parabenizou também toda a população de São Domingos do Cariri, expressando votos de que essa experiência administrativa frutifique e se espalhe por todo o Brasil.



Ronaldo Cunha Lima manifestou desejo de que o exemplo do prefeito paraibano frutifique